CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA SEXTA REGIÃO – CREFITO-6 - RESOLUÇÃO CREFITO-6 Nº 001/2008. EMENTA: Dispõe sobre a regulamentação para a concessão de diárias, Gratificações, auxílio de representação e passagens aéreas no CREFITO-6, adotando como paradigma Norma posta pelo Egrégio Conselho Federal, (COFFITO), nomeadamente para a Resolução COFFITO Nº355, de 08 de novembro de 2008. Artigo 1º. – Utilizar como Norma padrão e aplicação em PARTE de suas disposições da Resolução COFFITO Nº 355, de 08 de novembro de 2008, com uniformidade a concessão de diárias, e fixando o valor do auxílio de representação aos Conselheiros, Delegados Regionais, colaboradores eventuais, empregados do sistema COFFITO/CREFITO'S, nos moldes dos anexos da sobredita Resolução do Conselho Federal, que ora também faz parte integrante desta Resolução. Artigo 2º - O Crefito-6, considerando sua realidade econômica, quando da concessão de auxílio de representação, sendo esta uma rubrica adequada para a indenização de despesas realizadas por Conselheiros, suplentes de Conselheiros ou colaboradores que venham a desempenhar funções por convocação do Presidente dos Conselhos Federal e Regionais de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, na sede das Autarquias ou fora dela, porém, em local que não se gere direito ao recebimento de diária; Artigo 3º - Esta resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogando a resolução Crefito-6 de nº 001/2006. **Fortaleza, 17 de Dezembro de 2008. Dr. RICARDO LOTIF ARAÚJO – Presidente. Dra. ANA LÍVIA CARTAXO BANDEIRA MELO RIBEIRO - Diretora Secretária.**

P.P. 9949

DECISÃO COREN-PI Nº 041/2008 - Dispõe sobre o pagamento das anuidades referente ao Exercício de 2009 por pessoas Físicas e Jurídicas no âmbito do COREN-PI. A Presidente do Conselho Regional de Enfermagem do Piauí – COREN-PI, em conjunto com a Secretária da Autarquia, no uso de suas atribuições legais e regimentais e cumprindo deliberação do Plenário em sua 407ª Reunião Plenária Ordinária, realizada em 02.10.2008; **Considerando** que a Lei 6.994/82, foi revogada pelas Leis nºs 8.906/94 e 9.649/98; **Considerando** a Lei nº 5.905/73, de 12 de julho de 1973, em seu art. 15, inciso XI; **Considerando** o artigo 29, § 3º, da Lei nº 10.522, de 19/07/2002; **Considerando** a vedação contida no art. 3º da Lei 7.789, de 03 de julho de 1989; **Considerando** o Parecer exarado pelo Departamento de Planejamento e Análise Econômica, da Fundação Getúlio Vargas, que fixa em junho de 2001, o antigo indexador MVR igual a R\$ 201,29 (duzentos e um reais e vinte e nove centavos), que utilizou como fator o IGP.DI-COL. 2; **Considerando** que nas apelações civis nºs. 2000.71.00.006380-4/RS e 2000.04.01.056971-6/RS, julgados pelo TRF da 4ª Região, em Acórdãos unânimes, foi deliberado que o MVR, previsto na Lei 6994/82, poderia ainda ser considerado como critério para fixação das

anuidades pelos Conselhos de Enfermagem; **Considerando** que o valor máximo da anuidade, previsto pela Resolução COFEN nº 263/2001, não ultrapassa o valor corrigido para o MVR, na jurisprudência supracitada; **Considerando** o disposto na Resolução COFEN Nº 263/2001, de 20.08.2001. **DECIDEM: Art.1º** - As Anuidades referentes ao Exercício de 2009, serão fixadas em Reais. Art. 2º - A cobrança das anuidades para pessoas Físicas e Jurídicas no Exercício de 2009, terá os seguintes valores: **ANUIDADE DE PESSOA FÍSICA QUADRO I R\$ 250,00, QUADRO II R\$ 140,00 e QUADRO III R\$ 125,00 - ANUIDADE DE PESSOA JURÍDICA INSTITUIÇÕES : ATÉ 050 LEITOS R\$ 350,00, ATÉ 100 LEITOS R\$ 490,00 e ACIMA DE 100 LEITOS R\$ 590,00 AMBULATÓRIOS R\$ 190,00, ESCOLAS DE ENFERMAGEM R\$ 517,00.** Art.3º - O pagamento da anuidade será efetuado ao Conselho Regional de Enfermagem do Piauí, até 31 de março de dois mil e nove. Se paga após esse vencimento incidirá sobre a mesma multa de 2% (DOIS POR CENTO) e juros de mora correspondente a 1% (HUM POR CENTO), ao mês, devida a partir do mês seguinte ao vencimento da anuidade. Art.4º - Serão concedidos descontos de 20% (VINTE POR CENTO), 10% (DEZ POR CENTO) e 5% (CINCO POR CENTO), nas anuidades pagas em parcela única, nos meses de janeiro, fevereiro e março, respectivamente. **Art.5º** - As anuidades poderão ser pagas em até 03 (três) parcelas de igual valor, somente nos meses de janeiro, fevereiro, março e abril sem acréscimo e sem desconto, desde que requeridas no prazo máximo de 24.02.2009. § 1º - Poderá haver o parcelamento em até 04 (quatro) vezes da anuidade relativa ao Exercício de 2009, após a data prevista no caput deste artigo, devendo, porém incidir sobre tais parcelas em REAIS, a correção prevista no art.3º deste ato. § 2º - A última parcela concedida pelo COREN-PI, não poderá ultrapassar 30 de dezembro de 2009. **Art. 6º** - Os casos omissos serão resolvidos pelo Plenário do Conselho Regional de Enfermagem do Piauí – COREN-PI; **Art. 7º** - Esta Decisão entrará em vigor na data de sua homologação pelo Conselho Federal de Enfermagem – COFEN, tendo seus efeitos validados a partir de 01.01.2009, revogadas as disposições em contrário. Teresina, 02 de outubro de 2008. Maria do Rozário de Fátima Borges Sampaio COREN-PI 19084 - Presidente e Judite Oliveira Lima Albuquerque-COREN-PI 10680-Secretária.

DECISÃO COREN-PI Nº 042/2008 - Dispõe sobre o pagamento das taxas, emolumentos e outros serviços praticados pelo Conselho Regional de Enfermagem do Piauí, Exercício 2009. A Presidente do Conselho Regional de Enfermagem do Piauí – COREN-PI, em conjunto com a Secretária da Autarquia, no uso de suas atribuições legais e regimentais e cumprindo deliberação do Plenário em sua 407ª Reunião Plenária Ordinária, realizada em 02.10.2008; **Considerando** que a Lei 6.994/82, foi revogada pelas Leis nºs 8.906/94 e 9.649/98; **Considerando** a Lei nº 5.905/73, de 12 de julho de 1973, em seu art. 15, inciso XI; **Considerando** o artigo 29, § 3º, da Lei nº 10.522, de 19/07/2002; **Considerando** a vedação contida no art. 3º da Lei 7.789, de 03 de julho de 1989; **Considerando** o Parecer exarado pelo Departamento de Planejamento e Análise Econômica, da Fundação Getúlio Vargas, que fixa em junho de 2001, o antigo indexador MVR igual a R\$ 201,29 (duzentos e um reais e vinte e nove centavos), que utilizou como fator o IGP.DI-COL. 2; **Considerando** que nas apelações civis nºs. 2000.71.00.006380-4/RS e 2000.04.01.056971-6/RS, julgados pelo TRF da 4ª Região, em Acórdãos unânimes, foi deliberado que o MVR, previsto na Lei 6994/82, poderia ainda ser considerado como critério para fixação das anuidades pelos Conselhos de Enfermagem; **Considerando** que o valor máximo da anuidade, previsto pela Resolução COFEN nº 263/2001, não ultrapassa o valor corrigido para o MVR, na jurisprudência supracitada;